

Davi Lemos Reis

Universidade de São Paulo – Doutorado em Contabilidade

Fernanda Teixeira Franco Ribeiro

Universidade Federal de Lavras - Doutoranda em Administração

Fabiane Fidelis Querino

Universidade Federal de Lavras – Mestranda em Administração

Lorrane Pereira Miranda

Faculdade de Administração, Ciências e Educação - Pós Graduanda em Gestão de Finanças e Controladoria

### **Resumo**

As finanças pessoais diferem das finanças corporativas. Um planejamento financeiro deve levar em consideração os diferentes objetivos e peculiaridades, bem como levar em consideração as potencialidades e falhas na educação financeira desde a formação básica. Através de um estudo de casos múltiplos, adotando uma abordagem qualitativa com onze casos foi possível demonstrar a importância de considerar os objetivos individuais e a educação financeira na consecução destes objetivos. Também foi demonstrado como ações que alinham planejamento e educação financeira aos objetivos consegue obter resultados satisfatórios dentro de um período de seis meses.

**Palavras-chave:** Finanças pessoais; Planejamento financeiro; Educação financeira; Estudo de caso

## **1. Introdução**

As finanças pessoais diferem significativamente das finanças corporativas (Pires, 2006). Porém, é comum o tratamento das finanças pessoais como se fossem corporativas, através da utilização de estratégias voltadas para empresas aplicadas com pouca adaptação para a dimensão pessoal. Estas estratégias tendem a visar a redução de gastos para alcançar um resultado maior, seja através do valor atual ou fluxos de caixa futuros (Ross, Westerfield & Jordan, 2008) que está baseado em modelos de expectativas racionais que predominam nos modelos financeiros utilizado na maioria das pesquisas na área de finanças (Ogunlusi & Obademi, 2019).

Porém, é preciso considerar que indivíduos tem aspirações e objetivos que transcendem a acumulação de capital, e o próprio dinheiro possui diferentes significados para diferentes indivíduos (Ferreira, 2008), que não a busca pelo acúmulo de capital. Aspectos subjetivos que não são tão relevantes nas finanças corporativas aparecem como relevantes ao se considerar as finanças pessoais (Reis, Fornari & Martins, 2019).

Um dos elementos cruciais ao lidar com finanças pessoais é a consideração dos objetivos, sejam eles de curto ou médio prazo, e sua relação diretamente à necessidade do planejamento financeiro (Martins, 2004). Neste sentido, a falha em considerar o planejamento e objetivos durante a educação básico é apontado por Barros (2010) como sendo uma das principais causas para a dificuldade de se lidar com as finanças.

O estudo buscou responder a seguinte questão: Qual a relevância dos objetivos, a educação e planejamento financeiro nas finanças pessoais? Para tanto, definiu-se os seguintes objetivos: aplicar elementos da educação financeira voltada às finanças pessoais; desenvolver planejamentos financeiros ligados com os objetivos pessoais; e avaliar o impacto do planejamento e educação financeira aliada ao estabelecimento de objetivos financeiros.

Para alcançar os objetivos e responder à pergunta de pesquisa, o estudo adotou uma abordagem qualitativa e descritiva (Gil, 2008) através da estratégia de pesquisa do estudo de casos múltiplos (Yin, 2010). A unidade de análise foram casos de indivíduos com mais de um salário mínimo e que passaram por um processo de educação financeira de curta duração no qual desenvolveram as bases de um planejamento financeiro anterior, sendo um total de onze participantes no município de Lavras-MG.

O trabalho está estruturado em cinco seções. Além desta primeira onde foi feita a introdução a próxima seção apresenta o referencial teórico e estudos relacionados, apresentando primeiramente uma subseção de finanças pessoais seguida por uma de educação financeira e em sequência o gerenciamento de investimentos e gastos em uma perspectiva pessoal. Na terceira seção é apresentada a metodologia seguido pela apresentação dos dados e análises. Uma última seção traz as conclusões. Por fim são apresentadas as referências bibliográficas.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1 Finanças pessoal**

O modelo tradicional sobre decisões financeiras predominou por muito tempo baseado em modelos quantitativos que estavam na base das teorias de expectativas racionais. (Ogunlusi

& Obademi, 2019). Segundo Silva, Corso, Silva & Oliveira (2008) a relação do indivíduo com as finanças já foi apenas através de uma abordagem onde predomina decisões analíticas e racionais em busca da maximização da utilidade. Nesta visão, as escolhas dos indivíduos seriam por opções que resultem na maior utilidade, normalmente entendido como maior fluxo de caixa futuro. (Silva *et al.*, 2008). É baseado nesta visão, que se pode discutir a eficiência das decisões (Keynes, 1936) e escolhas “certas e erradas”.

Porém, há indícios de falhas na concepção do indivíduo como tomador de decisões puramente racionais com o objetivo de maximizar fluxos de caixa. A identificação de aspectos irracionais no processo de tomada de decisões sobre ativos financeiros inauguraram uma nova seara de perguntas questionando o modelo vigente até o momento, que defendia o processo de tomada de decisões em finanças como um processo estritamente racional que busca sempre a melhor opção entre risco mínimo e máximo retorno. (Ogunlusi & Obademi, 2019). Kahneman e Tversky (1979) em estudo com estudantes frente a diversos prospectos de investimento onde são apresentadas as probabilidades de ocorrência de cenários futuros demonstrou que as decisões não são pautadas em decisões racionais que considere apenas o risco e retorno. Através destes resultados, pode-se inferir que há subjetivismo no processo de tomada de decisões sobre finanças. (Silva *et al.*, 2008).

Thaler (1999) discute que a relação com a tomada de decisões financeiras pode ser vista como sendo racional e quase-racional, e não se pode ignorar que as motivações humanas interferem nas decisões financeiras. As características irracionais foram identificadas até mesmo no comportamento dos indivíduos atuando no mercado de ações, onde se supõe que haja maior racionalidade na busca por maiores retornos. (Tuyon & Ahmad, 2017). Destas afirmações, pode-se afirmar que planejamentos financeiros devem levar em consideração estas motivações subjetivas, e não apenas prescrever determinações supondo a maximização da posição patrimonial.

Os estudos das finanças comportamentais, que emergiram da constatação de aspectos subjetivos na tomada de decisões financeiras em oposição ao modelo clássico de finanças, consideram aspectos individuais para compreender melhor quais escolhas podem ser adequadas para os indivíduos. (Silva *et al.*, 2014). Um exemplo disto é a pesquisa feita por Pinjisakikol (2017) que considerou a relação entre a personalidade, através do modelo dos Cinco Grandes, e as finanças domésticas.

Pires (2006) argumenta que não se deve tratar as finanças pessoais da mesma maneira que as finanças corporativas. Para o autor, as empresas tem um claro objetivo de crescimento patrimonial, que é mensurável, enquanto os indivíduos possuem objetivos subjetivos que escapam à mensuração através dos instrumentos tradicionais. Outra diferença é que nas finanças corporativas há menor influência de aspectos subjetivos, algo que é acentuado nas finanças pessoais. (Reis *et al.*, 2019).

Campbell (2006) discute que as decisões de uso dos recursos financeiros são influenciadas por diversos fatores, como pouco conhecimento e gastos que não contribuem para aumento do patrimônio individual ou familiar, algumas vezes tidos como “supérfluos”. Estímulos que não contribuem para a maximização do patrimônio por vezes tem maior impacto nos recursos individuais e familiares (Campbell, 2006), i.e. gastos muitas vezes tidos, como *supérfluos* e divulgados através de estratégias de marketing são mais eficazes em convencer

peças do que opções de maximização do patrimônio. Alguns dos efeitos que afetam as pessoas são percepções limitadoras, excesso de confiança, aversão ao risco, compras compulsivas, etc., que podem induzir a comportamentos erráticos com o potencial de gerar consequências indesejadas. (Shefrin, 2010).

Ferreira (2008) discute que o dinheiro pode possuir diversos significados para os indivíduos em diferentes dimensões como na esfera pessoal, social e profissional. Ferreira (2008) discute ainda questões da psicologia para explicar comportamentos financeiros que se distanciam do que é percebido como ideal. Ainda segundo o autor cada pessoa possui uma representação psíquica e social do dinheiro, e que esta influencia o comportamento do indivíduo em relação às suas finanças.

Assim, os estudos discutidos parecem indicar dois caminhos: um que segue o modelo tradicional que visa tão somente a maximização da situação patrimonial e da utilidade financeira (Ogunlusi & Obademi, 2019), e outro que indica a importância dos aspectos subjetivos nas escolhas financeiras. (Silva *et al.*, 2014). O corpo de pesquisas iniciado nesta última tradição, como representado por Kahneman e Tversky, (1979), Silva *et al.*, (2014), Pinjisakikool (2017), Tuyon & Ahmad (2017), Ogunlusi & Obademi (2019), sugere um caminho de investigação que aponta caminhos promissores de pesquisa, e que será adotado no presente estudo.

Após distinguir as finanças pessoais das finanças corporativas, discute-se a questão do planejamento financeiro e como ele se relaciona com a educação financeira.

## **2.2. Planejamento financeiro**

O planejamento financeiro clássico aplicado às empresas aponta alguns elementos fundamentais como a necessidade de considerar curto e longo prazo (Gitman & Madura, 2003) além de ressaltar a importância da flexibilidade do planejamento e consideração de fatores como endividamento, recursos disponíveis inicialmente e possibilidades de investimento (Ross, Westerfield & Jordan, 2008). Apesar da ressalva feita por Pires (2006), da diferença entre finanças pessoais e empresariais, estes fundamentos podem ser aplicados ao planejamento financeiro de indivíduos e grupos familiares, após ajustes de acordo com os objetivos mais subjetivos discutidos anteriormente, e outras variáveis demográficas que possam ser pertinentes para vislumbrar comportamentos mais gerais. (Lunt & Livingstone, 1991).

Porém, para que seja possível planejar é necessário não apenas conhecer onde se está e onde se quer chegar, mas também conhecer as opções que se tem para tomar decisões. Neste sentido, um ponto que traz prejuízos para o planejamento financeiro é a falta de informações de indivíduos e famílias, como mostrou Campbell (2006) em seu estudo sobre as decisões de investimento nos grupos familiares, onde o autor mostra que um elemento presente e preponderante nestes é a ingenuidade.

A ingenuidade detectada por Campbell (2006), e complementada pela afirmação de Silva (2004) que o brasileiro de modo geral não é educado para pensar sobre dinheiro, é apontado por Barros (2010) como decorrente de uma falta de ensino ainda durante a educação básica, que gera um despreparo do indivíduo em relação ao futuro. (Martins, 2004). Conforme explicita Barros (2010), a educação financeira, entendida como a exploração das opções e ferramentas de planejamento financeiro, deveria ser ensinada por integrar questões básicas da

vida de qualquer pessoa durante a fase de vida adulta e, portanto, deve ser vista durante a formação básica de qualquer cidadão.

Através da educação financeira, segundo Gans, Gans, Oliveira, Moreira e Filho (2016), se ensina as opções de produtos e serviços financeiros, ferramentas de controle orçamentário, balanceamento entre desejos e necessidades, etc. Ou seja, a educação financeira fornece informações para uma tomada de decisões crítica e reflexiva, e permite o indivíduo alcançar maior autonomia nas decisões de longo prazo. Além disto, a educação financeira possibilita a reflexão quanto ao futuro e é importante para possibilitar a execução de um bom planejamento financeiro. (Valente, 2015).

Como o ensino básico não fornece educação financeira adequada (Barros, 2010) seria importante que os estudantes, ao chegarem ao ensino superior, suprissem esta necessidade, e que os cursos de graduação providenciassem uma alfabetização financeira. (Potrich, Vieira & Kirch, 2015). Porém, apesar de oferecer um ambiente propício para a educação financeira, tal se mostra deficiente ou mesmo ineficiente, e os alunos que saem graduados muitas vezes possuem o mesmo nível de conhecimento financeiro com que entraram no ensino superior. (Duarte, 2012).

Sem uma educação financeira adequada, o planejamento financeiro do indivíduo é prejudicado, o que pode comprometer o alcance das metas tanto de cada pessoa individual como de grupos familiares. (Cherobim & Espejo, 2010). Diferente das finanças empresariais, as finanças pessoais devem considerar tanto os gastos necessários como aqueles tidos como “superficiais”, como gastos com lazer, aquisição de bens desejados, realização de sonhos, etc., mas que são importantes para o indivíduo e não podem ser desconsiderados ou simplesmente eliminados. (Pires, 2006).

Quando se trata de finanças pessoais Rocha e Vergili (2007) dividem o planejamento em dois grandes grupos. O primeiro envolve o planejamento de gastos de curto prazo, em até um ano, e envolve gastos de menor valor com bens e serviços tais como: viagens, celulares, refeições em datas especiais, vestuário, mensalidades de academia, livros, etc. Já o segundo grupo de gastos são os de longo prazo, que demoram tempo maior para aquisição, mas tendem a gerar satisfação também de longo prazo, e envolve gastos significativamente maiores, tais como: imóveis, veículos, experiências de viagem, educação, etc.

Rocha e Virgili (2007) ainda argumentam que os gastos que se inclui naqueles de longo prazo envolvem não apenas um maior desembolso de recursos, mas também maior envolvimento emocional e cognitivo, bem como demanda um período maior de avaliação antes que o indivíduo tome a decisão pelo gasto. Ainda neste segundo grupo, pode-se incluir o planejamento de aposentadoria complementar, que apesar de não gerar envolvimento emocional, providencia segurança ao diminuir incertezas em relação a fases delicadas da vida do indivíduo. (Silva, Reis, Fornari & Martins, 2019). Os gastos de aposentados e pensionistas tem características peculiares, como gastos mais elevados com medicamentos e com saúde (Lima, Ribeiro, Acurcio, Rozenfeld & Klein, 2007), e, portanto, o planejamento financeiro mostra-se importante neste cenário. (Silva, *et al.*, 2019).

Entre os objetivos mais gerais encontrados para o planejamento de finanças pessoais incluem, segundo Halfeld (2006):

1. Controle das fontes de recursos para pagamento das despesas, de modo a permitir independência de terceiros;
2. Equilíbrio e harmonia entre consumo e receita ao longo do tempo;
3. Quando imprescindível o uso de recursos de terceiros, a opção pelo de menor custo e tempo;
4. Alcance de maiores níveis de independência financeira;
5. Harmonizar querer e poder, ou seja, o alcance das metas pessoais dentro de ações planejadas e responsáveis.

Apresentado uma visão sobre o planejamento financeiro com foco nas finanças pessoais, consideramos algumas opções de investimento.

### **2.3. Gerenciamento de investimentos e gastos**

Os investimentos que estão disponíveis como opção para pessoas físicas e jurídicas apresentam diferenças consideráveis. Em se tratando de indivíduos deve-se considerar de um lado realizar investimentos rentáveis dentro da tolerância de risco pessoal, e de outro manter os níveis de gastos de forma que atenda às necessidades imediatas, mas considere também aquelas de longo prazo. (Lizote, Lana, Verdinelli & Simas, 2016).

A importância de acompanhar os gastos é demonstrada por Martins (2004) como necessário para acompanhar o desenvolvimento das finanças ao longo do tempo e garantir o atingimento dos objetivos estabelecidos. O autor ainda usa uma analogia do gerenciamento dos recursos como o comando de um navio, e o conhecimento dos gastos como a identificação de obstáculos que ajuda a chegar no destino previamente determinado. Não basta apenas garantir que as necessidades atuais estão sendo satisfeitas e sob controle, mas como afirmam Tomasi e Lima (2007) a preparação para imprevistos e a construção de uma reserva trás maior segurança.

Neste sentido, Evangelista, Júnior, Alonso, Mazini e Silva (2012) discutem que o controle de gastos é um dos elementos fundamentais por permitir uma análise periódica dos gastos. Segundo os autores uma ferramenta possível de ser utilizada é o hábito de anotar cotidianamente os gastos

Já em relação ao gerenciamento dos investimentos, Lizote *et al.* (2016) afirma que o objetivo é encontrar opções de aplicação de recursos que permita uma retirada superior a inicial. Porém, é preciso considerar que a capacidade de investimento de um indivíduo apresenta uma série de restrições, e que nem sempre a opção mais rentável está disponível ao levar-se em consideração questões como o volume de recursos disponíveis, tolerância a riscos, necessidade de antecipação, etc. (Rocha & Virgil, 2007).

Dietrich e Braidó (2016) e Filipe, Ermel, Cassius e Mendes-da-Silva (2017) afirmam que os principais tipos de investimentos geralmente considerados quando se trata de uma dimensão individual, como as propriedades privadas ou bens imóveis, participação societária em empresas de capital aberto, contas de aposentadoria, certificados de depósito bancário (CDB), fundos de investimento, poupanças, ações, títulos de renda fixa, *trusts*, anuidades ou pensões, títulos públicos, as letras de crédito de agronegócio (LCA) e letras de crédito imobiliário (LCI).

Após a discussão das características gerais do gerenciamento de gastos e investimentos no âmbito das finanças pessoais, apresenta-se a metodologia.

### **3. Metodologia**

A pesquisa desenvolvida se enquadra em uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa lida com dados não-estruturados e permitem o aprofundamento sobre o fenômeno investigado. (Gil, 2008).

Caracteriza-se a pesquisa também como sendo descritiva. A pesquisa descritiva analisa o fenômeno e descreve as características do mesmo, diferindo-se de outros tipos como a pesquisa exploratória ou explicativa. (Gil, 2008).

A pesquisa adotou uma abordagem do estudo de casos múltiplos. Segundo Yin (2010) o estudo de caso é útil para investigações que busquem responder questões de pesquisa do tipo “como”, pouco controle do pesquisador e foco em fenômenos inseridos no contexto da vida real, além de permitir o aprofundamento da investigação e ser uma técnica holística na investigação do fenômeno. Diferente do estudo de caso único, como explica Yin (2010), o estudo de casos múltiplos permite identificar padrões de semelhança e dessemelhança entre as unidades de investigação, e também permite explorar uma lógica de replicação, na qual a análise de cada caso confirma ou revisa os achados entre os casos, que é essencial à análise de casos múltiplos. Na lógica da replicação, segundo Yin (2010), os casos que confirmam as relações emergentes aumentam a confiança na validade da teoria ou dos achados, enquanto casos que contestam a relação apresentam uma oportunidade de refinar e estender a teoria.

As técnicas de amostragem em estudos qualitativos diferem dos estudos quantitativos. Como estratégia de amostragem empregou-se a proposital, escolhendo casos onde o fenômeno de interesse mostra riqueza para ser investigado. (Patton, 2014).

A técnica de amostragem foi proposital, buscando casos relevantes que permitissem investigar como os indivíduos remanejam seus gastos e identificar as justificativas para a mudança de hábitos e as técnicas utilizadas. Outra característica buscada na amostragem foi pessoas que passaram por um processo de planejamento financeiro de curto prazo para entender o papel deste e da educação financeira nos casos investigados.

No presente estudo a unidade de análise foram casos de indivíduos que após passarem por uma educação financeira de curta duração adotaram estratégias de gerenciamento de gastos e investimentos, que possuíam uma renda superior a um salário mínimo. O total de unidades de análise foram onze casos utilizando o critério da amostra proposital, todos sendo sujeitos residentes na cidade de Lavras-MG. Os casos serão referenciados de um a onze para preservar o anonimato.

O processo de educação pelo qual passaram durou cerca de dois meses, e os dados do caso foram coletados dois meses depois. Ou seja, desde o contato inicial com a educação financeira formal se passaram cerca de quatro meses.

Antes da coleta de dados se fez uma pesquisa bibliográfica sobre os temas de finanças pessoais, planejamento e educação financeira e gerenciamento dos recursos individuais. A etapa da pesquisa bibliográfica, quando é feita uma revisão da literatura, fornece as bases teóricas sobre as quais os dados poderão ser iluminados, sendo importante para trazer foco aos resultados. (Lakatos & Markoni, 1992).

Outra técnica de coleta de dados utilizada foram as entrevistas informais com os sujeitos da pesquisa. Os encontros tiveram uma média de aproximadamente sessenta minutos, e foram tomadas notas para posterior análise. Também utilizados a técnica de análise documental, incluindo anotações, registros históricos de rendimentos e gastos, documentos de compras, etc. Estes documentos foram colhidos junto aos sujeitos que participaram do estudo.

Após a fase de coleta de dados, foi feita análise sobre o material coletado a luz do referencial teórico. Buscou-se nos estudos de caso quais os padrões emergiam, e após esta fase foram escritas as conclusões.

Após a caracterização do estudo, apresenta-se os dados e análises.

#### **4. Apresentação e análise dos dados**

Os participantes do caso indicaram principalmente a falta de controle como definição da situação inicial antes do processo de educação e orientação financeira. Com exceção dos casos um e dez, todos os participantes indicaram que não possuíam método de controle das despesas, e apontaram a falta de uso da ferramenta como uma das principais causas para a situação financeira desfavorável. Os dados da pesquisa corroboram a literatura e, como afirma Halfeld (2006) deve ser um dos primeiros objetivos do planejamento financeiro.

Além disto, os casos três, quatro, cinco, seis e sete afirmavam possuírem renda variável, ou seja, além da renda salarial trabalham com uma segunda forma de remuneração, porém indicaram que não sabiam sequer quanto era a receita mensal. Estes mesmos casos indicaram aumento da renda ao longo do tempo, e identificaram o aumento como um dos fatores para o aumento exponencial dos gastos, que cresceram acima da renda.

O caso três indicou que emprestava dinheiro continuamente a parentes, mas não sabia precisar quanto, enquanto os casos quatro, oito e onze indicaram recorrerem a parentes reiteradamente para conseguir “fechar a conta” do mês. Este achado corrobora o que é indicado na literatura, no sentido que a falta de planejamento financeiro reflete também no orçamento de familiares próximos, como pais e irmãs, tios e primos, e não apenas no orçamento dos indivíduos.

Nos onze casos a principal mudança foi implementar uma ferramenta de controle de receitas e despesas, o que foi adotado em todos os casos. A grande parte dos casos adotou o sistema de planilhas eletrônicas juntamente com os participantes. Alguns participantes tiveram dificuldades iniciais para fazer o registro dos dados de gastos e recebimentos, com alguns dados omissos. Porém, buscou-se elucidar a natureza dos gastos através de diálogo com os participantes.

Outra ferramenta adotada com os casos foi o estabelecimento de objetivos de curto e médio prazo. Durante o contato com os participantes, e em acordo com a literatura, o estabelecimento de objetivos foi crucial para incentivar que o participante buscasse se manter motivado para a subsequente mudança de hábitos.

Por exemplo, o participante do caso três indicou que o objetivo para o planejamento financeiro era fazer uma viagem ao exterior em um dado período. O participante adotou um produto de renda fixa cujo prazo para recebimento coincidissem com o período da viagem. Na data determinada, o participante havia conseguido recursos suficientes com margem positiva para alcançar o objetivo do turismo.



Outro exemplo, o caso seis, o participante indicou como objetivo realizar uma reforma no imóvel onde mora, com prazo de execução ao final de 2020. O participante planejou adotar produtos financeiros de renda fixa como Tesouro Direto e CDB, e após dois meses, com projeção dos resultados preliminares para meses subsequentes, foi constatado que seria possível alcançar o valor estimado da reforma dentro do prazo.

O caso dez envolve o proprietário de uma república de estudantes, que estipulou como objetivo a reforma do imóvel estimada no valor de R\$ 10.000,00 no período de seis meses. Através do objetivo e implementando ferramentas de planejamento e controle, foi possível colher resultados preliminares que indicam o alcance dos objetivos com excedente.

Os outros oito casos envolveram a busca pela independência financeira por parte dos participantes, o que envolve o pagamento de dívidas e diminuição dos gastos. Enquanto os resultados preliminares indicam que com a manutenção e continuação do plano elaborado será possível alcançar o objetivo neste caso.

O que se observou em todos os onze casos é a necessidade de estabelecer objetivos e manter o foco nestes objetivos tanto como fator motivador quanto de orientação para quem se submete ao processo de planejamento financeiro. Corroborando o que afirma Martins (2004), o sucesso do planejamento financeiro passa pelo estabelecimento de objetivos.

Também corroborou para a elaboração das estratégias o conhecimento detalhado dos gastos e receitas dos participantes. Os casos três, quatro, cinco, seis e sete especificamente indicaram o desconhecimento de gastos e receitas durante o contato inicial, com uma melhora no conhecimento e percepção do gerenciamento dos recursos durante e ao final do processo de educação e orientação

Em todos os casos do estudo foram apontados diminuição dos gastos, em alguns casos a porcentagem chegou a 25%. Além disso, dois casos mostraram aumento da renda. Os resultados apontam para uma melhor percepção sobre o planejamento financeiro, o que permitiu espaço para manobra de recursos e permitir, nos casos de dívidas, o início do pagamento dos débitos acumulados.

Em seis dos casos estudados houve o desenvolvimento de conhecimento suficiente por parte do participante para iniciar ações de investimento. Nestes foi adotado a opção por investimentos em renda fixa, que são mais seguros, indicado a quem inicia nas opções financeiras. Entretanto, vale ressaltar que um dos casos iniciou investimento em renda variável, mas mantendo a maioria dos investimentos em renda fixa. Estes resultados apontam não apenas o aumento do conhecimento sobre planejamento financeiro, mas também o desenvolvimento de ferramentas iniciais de análise.

Através dos resultados colhidos dos estudos de caso, ficou demonstrado que a educação financeira aliada com ações de planejamento financeiro causou efeitos positivos na gestão dos recursos financeiros por parte dos participantes.

O estabelecimento de objetivos foi crucial para o sucesso percebido dos participantes, mostrando-se uma ferramenta útil para manter a motivação de quem busca uma melhoria na área pessoal de finanças.

## **5. Conclusões**

Como Pires (2006) argumenta, as finanças pessoais não devem ser tratadas como as finanças corporativas, dado que há diferenças entre ambas. Ressalta-se as diferenças não apenas quantitativa, ou seja, relativa aos montantes que cada finanças tendem a lidar, mas também as diferenças qualitativas, especialmente no que refere aos objetivos de cada uma.

Como os resultados da pesquisa apontam, as finanças pessoais dos casos investigados não tinham relação direta com o aumento de capital. Os casos investigados mostram que primariamente as finanças pessoais devem ser planejadas em relação à objetivos. Todos os objetivos apontados pelos participantes evidenciam finalidade diversa do aumento do patrimônio, tais como viagem, pagamento de débitos, reformas de imóveis, independência financeira.

Corroborando Campbell (2006), as finanças pessoais dos indivíduos tendiam a envolver ingenuidade e falta de planejamento formal. No contexto brasileiro, Barros (2014) aponta que a falta de conhecimento financeiro durante a formação básica contribui para o desconhecimento de finanças de maneira geral. Os dados do estudo mostram que a grande maioria dos participantes tinham conhecimento limitado dos produtos e serviços financeiros disponíveis, se restringindo a informações superficiais, como operações bancárias simples e a poupança como forma de investimento.

Cherobim e Espejo (2010) apontam que a falta de educação financeira pode prejudicar o indivíduo a longo prazo, especialmente dificultando que ele alcance seus objetivos financeiros. Evangelista *et al.*, (2012) e Lizote *et al.* (2016) indicam a importância do gerenciamento de gastos e investimentos para conseguir alcançar objetivos pessoais. Os resultados da pesquisa indicam que com a exposição dos indivíduos à educação financeira e às ferramentas de gerenciamento das finanças, os indivíduos se sentem mais preparados e motivados a buscar e alcançar seus objetivos. Isto indica que através da educação financeira e gerenciamento de recursos pessoais, pode haver melhoras não apenas na dimensão dos recursos financeiros, mas também na percepção do próprio indivíduo sobre seu futuro.

Os objetivos do trabalho foram concluídos na medida que os casos foram estudados. Em relação a pergunta de pesquisa de forma mais direta, encontrados como resposta que ambas as dimensões são centrais, tanto o estabelecimento de objetivos para a área de finanças pessoais quanto o processo sequencial de educação financeira e gerenciamento de gastos e receitas. O trabalho com estas duas dimensões apontam para resultados promissores no trato das finanças pessoais.

Algumas limitações foram inerentes ao presente trabalho. A primeira é pela natureza qualitativa da pesquisa, que por sua natureza não permite generalizações, mas que ainda assim apresenta resultados importantes para compreender a relação dos indivíduos com suas finanças. A segunda limitação é pelo tempo transcorrido entre a educação financeira formal e a coleta de dados do estudo, que foram em média quatro meses, uma pesquisa que investigasse casos após períodos superiores, como de um à três anos, poderiam esclarecer melhor as mudanças ocorridas pela educação financeira formal. Porém, limitações de tempo e da disponibilidade dos participantes impossibilitaram selecionar casos nestas características apontadas, mas tal pode ser conduzido em futuras pesquisas. Mantém-se que os resultados ainda se mantêm consistentes dado os objetivos da pesquisa.

Para futuras pesquisas, sugere-se a aplicação de métodos quantitativos como levantamentos para avaliar o impacto depois de processos de educação, planejamento e gerenciamento de finanças pessoais. Ainda estudos futuros podem investigar um caso individual adotando uma perspectiva longitudinal. Ainda se sugere estudos comparativos entre como indivíduos e corporações lidam com mudanças no comportamento financeiro.

O campo de investigação das finanças pessoais é amplo e vasto, e espera-se que o presente estudo tenha contribuído para a literatura e, assim, permitir o avanço do conhecimento.

### **Referências bibliográficas**

- Barros, C. A. R. de. (2009). *Educação financeira e endividamento*. Monografia (graduação) – Curso de administração, Escola Superior de Administração, Direito e Economia – ESADE: Porto Alegre.
- Campbell, J. Y. (2006), Household finance. *The Journal of Finance*, 61(4), 1553-1604.
- Cherobim, A. P. M. S.; Espejo, M. M. dos S. B. (Eds.) (2010). *Finanças Pessoais: Conhecer para enriquecer*. São Paulo: Atlas.
- Dietrich, J., & Braidó, G. M. (2016). Planejamento Financeiro Pessoal para Aposentadoria: um estudo com alunos dos cursos de especialização de uma instituição de ensino superior. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 11(2), 29-52.
- Duarte, H. F. O. (2009). *A literacia financeira entre alunos de mestrado*. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Gestão, Instituto de Lisboa: Lisboa.
- Evangelista, A. A., Junior, N. A., Alonso, V. L. C., Mazini, V., & Silva, R. L. (2012). Pfpf: Planejamento Financeiro para Pessoa Física. *Anais do IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, online.
- Ferreira, V. R. de M. (2008). *Psicologia econômica: estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Filipe, I. J. dos S.; Ermel, M. D. A.; Cassius, L. F. P.; & Mendes-da-Silva, W. (2017). Efeito de crise econômica sobre escolhas de ativos para investimentos pessoais. *Revista de Administração Contemporânea*, 21, 84-109.
- Gans, E. B. S.; Gans, J. R. M.; Oliveira, L. T. V.; Moreira, P.R.; Filho, A. D. (2016). A importância da educação financeira para a estabilidade econômica e independência financeira de pessoas de baixa renda. *Revista FAE*, ed. esp 1, 93-102.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas.
- Gitman, L. J; Madura, J. (2003). *Administração financeira: Uma abordagem gerencial*. São Paulo: Pearson.
- Halfeld, M. (2006). *Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro*. São Paulo: Fundamento Educacional.
- Kahneman, D.; Tversky, A. (1979) Prospect theory: an analysis of decision under risk. *Econometrica*, 47(2), 263-291.
- Keynes, J. M. (1936). *The general theory of employment, interest and money*. London: Macmillan.
- Lakatos, E. V.; & Marconi, M. de A. (1992). *Metodologia do trabalho científico*. 4 ed. São Paulo: Atlas.

- Lima, M. G.; Ribeiro, A. Q.; Acurcio, F. de A.; Rozenfeld, S.; & Klein, C. H. Composição dos gastos privados com medicamentos utilizados por aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a 60 anos em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(6), 1423-1430.
- Lizote, S. A.; Lana, J.; Verdinelli, M. A.; & Simas, J. de. (2016). Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior. *Revista da UNIFEPE*, 1(19), 71-85.
- Lunt, P. K.; & Livingstone, S. M. (1991). Psychological, social and economic determinants of saving: comparing recurrent and total savings. *Journal of Economic Psychology*, 12, 621-641.
- Martins, J. P. (2004). *Educação financeira ao alcance de todos*. São Paulo: Fundamentos.
- Ogunlusi, O. E.; Obademi, O. (2019). The impact of behavioral finance on investment decision-making: a study of selected banks in Nigeria. *Global Business Review*, 0972150919851388.
- Patton, M. Q. *Qualitative research & evaluation methods*. 14th ed. Saint Paul: SAGE, 2014.
- Pinjisakikool, T. (2017). The influence of personality traits on households' financial risk tolerance and financial behaviour. *Journal of Interdisciplinary Economics*, 30(1), 32-54.
- Pires, V. (2006). *Finanças pessoais: fundamentos e dicas*. Piracicaba: Editora Equilíbrio.
- Potrich, A. C. G.; Vieira, K. M.; & Kirch, G. (2015). Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 362-377.
- Reis, D. L.; Fornari, M. S. B.; Martins, E. (2019). Finanças pessoais: a importância da educação financeira e a relação com outras áreas de finanças. *Revista Calafiori*, 3(1), 115-129.
- Rocha, R. H.; Vergili, R. (2007). *Como esticar seu dinheiro: Fundamentos de educação financeira*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Ross, S. A.; Westerfield, R. W.; Jordan, B. D. (2008). *Administração financeira*. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill.
- Shefrin, H. (2010). *Behavioralizing finance*. Hanover: Now Pub.
- Silva, E. D. (2004). *Gestão em finanças pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Silva, W. V.; Corso, J. M. D.; Silva, S. M. da; Oliveira, E. de. (2014) Finanças comportamentais: análise do perfil comportamental do investidor e do propenso investidor. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 7(2), 1-14.
- Silva, G. G. de S.; Reis, D. L.; Fornari, M. S. B.; Martins, E. (2019). Educação financeira para planejamento da aposentadoria. *Revista Calafiori*, 3(2), 94-104.
- Thaler, R. H. (1999). The end of behavioral finance. *Financial Analysis Journal*, 55(6), 12-17.
- Tomasi, A.; & Lima, F de. (2007). *Viva melhor sabendo administrar suas finanças*. São Paulo: Saraiva.
- Tuyon, J.; Ahmad, Z. (2017). Psychoanalysis of investor irrationality and dynamism in stock Market. *Journal of Interdisciplinary Economics*, 29(2), 1-38.

Yin, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.